



Departamento do Agronegócio

# AgroLegis

*Estadual*

Acompanhamento de  
Legislações

02 de março de 2012  
Edição 65

*Documento Interno*

## **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**

Presidente: **Paulo Skaf**

### **Departamento do Agronegócio**

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

**Anderson dos Santos**

**Fernando dos Santos Macêdo**

**Lhais Sparvoli Cardoso da Silva**

Apoio Institucional: **Alexandrina Mori** – Relações Institucionais e Governamentais

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

## Índice:

### **Embalagem**

#### **PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2012\_\_\_\_\_01**

*Torna obrigatória a disponibilização, por supermercados e estabelecimentos congêneres, de sacos de papel para a embalagem de produtos e dá outras providências.*

### **Resíduos Sólidos**

#### **PROJETO DE LEI Nº 975, DE 2011\_\_\_\_\_03**

*Altera a Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.*

## PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2012

*José Bittencourt – PSD*

*Torna obrigatória a disponibilização, por supermercados e estabelecimentos congêneres, de sacos de papel para a embalagem de produtos e dá outras providências.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Artigo 1º – Fica estabelecido que os supermercados e estabelecimentos comerciais congêneres no âmbito do Estado de São Paulo deverão disponibilizar ao consumidor, sacos de papel de vários tamanhos para embalagem dos produtos. Parágrafo único – O estabelecimento poderá oferecer outro tipo de embalagem para ser vendida ao consumidor, de características mais resistentes, de uso duradouro, para ser reutilizada em compras futuras.

Artigo 2º– Os supermercados e estabelecimentos afins deverão, no prazo máximo de noventa dias, a contar da regulamentação da presente lei, se adequarem para execução da mesma.

Artigo 3º – Para os fins de que trata o caput do artigo 1.º, o Poder Executivo poderá promover campanhas educativas, a serem divulgadas nos meios de comunicação para prestação de informações ao público a respeito das novas embalagens, tendo em vista seu planejamento e execução

Artigo 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O presente projeto de lei visa tornar obrigatória a disponibilização, por supermercados e estabelecimentos congêneres, de sacos de papel para a embalagem de produtos e dá outras providências.

Aderindo os sacos de papel haverá um movimento expressivo no setor da indústria genuinamente Brasileira, que gera postos de trabalho desde as florestas, passando pelas indústrias de celulose, papel e embalagens e desembocando nos exército de catadores de papel que ajudam na coleta para reciclagem.

O saco de papel é a melhor opção de embalagem ecologicamente correta para o transporte de compras, pois além de não prejudicar o meio ambiente traz economia e praticidade para vida dos consumidores, pois irá diminuir os transtornos causados pela abolição das sacolas plásticas, pois deixou para a pessoa do consumidor a responsabilidade para solucionar a problemática surgida com a supressão das sacolas plásticas dos estabelecimentos comerciais.

Concluimos que a presente propositura dá a possibilidade de estarmos contribuindo para um meio ambiente melhor e garantindo que as gerações futuras tenham exemplo de preservação, respeito e conscientização.

Por tudo o quanto aqui foi exposto, concitamos os Membros deste Parlamento para aprovar este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 2/2/2012

José Bittencourt – PSD

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo:

[http://www.al.sp.gov.br/spl\\_consultas/consultaDetalhesProposicao.do?idDocumento=886882&act=detalhe&currentPage=1&currentPageDetalhe=1&rowsPerPage=10#inicio](http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do?idDocumento=886882&act=detalhe&currentPage=1&currentPageDetalhe=1&rowsPerPage=10#inicio)

**Ementa** - Torna obrigatória a disponibilização, por supermercados e estabelecimentos congêneres, de sacos de papel para a embalagem de produtos.

**Regime** - Tramitação Ordinária

**Indexação** - Documento não Indexado.

---

## Tramitação:

**11/02/2012** - Publicado no Diário da Assembleia, página 10 em 11/02/2012.

**14/02/2012** - Pauta de 1ª sessão.

**15/02/2012** - Pauta de 2ª sessão.

**16/02/2012** - Pauta de 3ª sessão.

**23/02/2012** - Pauta de 4ª sessão.

**27/02/2012** - Pauta de 5ª sessão.

**01/03/2012** - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

## PROJETO DE LEI Nº 975, DE 2011

*Dep. Aldo Demarchi – DEM*

*Altera a Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - O inciso VI, do artigo 2º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º (...)

VI– a minimização dos resíduos por meios de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, redução, recuperação e geração de energia a partir do lixo;.”

Artigo 2º - O inciso VII, do artigo 3º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º (...)

VII– fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios e a geração de energia a partir do lixo.”

Artigo 3º - A alínea 2, do parágrafo único, do artigo 3º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º (...)

Parágrafo único (...)

2. incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias de reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, inclusive de prevenção à poluição e de geração de energia a partir do lixo”;

Artigo 4º - Inclua-se a seguinte alínea, no parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006:

“Artigo 3º (...)

Parágrafo único (...)

1 – promover a instalação de usinas de geração de energia a partir do lixo;”

Artigo 5º - Inclua-se o seguinte inciso no artigo 4º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006:

“Artigo 4º (...)

Inciso - o incentivo à pesquisa e à implementação de usinas de geração de energia a partir do lixo.  
(NR).

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

A destinação final dos resíduos vem, num crescente, preocupando a sociedade e levando os governos a pensarem e adotarem soluções que muitas vezes são difíceis tendo em conta o volume produzido diariamente. Essa proliferação de resíduos produzidos nas cidades de todos os portes tem saturado os

aterros sanitários e os lixões, fazendo com que isto se torne um dos mais graves problemas que deve ser equacionado pelo Poder Público.

O Poder Público precisa, com urgência, encontrar novas e mais eficientes maneiras para a disposição e o aproveitamento dos resíduos. Por isto, propomos a alteração da lei que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para que seja incluído a geração de energia a partir do lixo.

O lixo pode ser reaproveitado de duas maneiras: através da reciclagem ou através da transformação. A diferença essencial entre elas é que a reciclagem há o reaproveitamento dos materiais com finalidades similares para os quais tinham sido originalmente produzidos, já a transformação diz respeito ao uso de resíduos para fins diferentes dos originais.

Já existem tecnologias que transformam o lixo em energia. Entre elas há o biogás, gerado em aterros sanitários, e o tratamento térmico do lixo, sendo este já instalados em Usinas Termelétricas nos Estados Unidos e na Europa. Apesar de incipiente no Brasil, já foi provado que é possível e viável economicamente a produção da energia a partir do lixo no país, atenuando o problema do armazenamento do lixo e do esgotamento dos recursos energéticos.

Portanto, é função primordial do Poder Legislativo apresentar proposições que visem ao bem estar da sociedade. A proteção do meio ambiente é uma questão prioritária na sociedade atual, visto que já é sabido e mensurado que o planeta não suporta por mais muito tempo a exploração dos recursos naturais e o acúmulo de resíduos. Por esse motivo, acreditamos no apoio dos Nobres Parlamentares desta Casa de leis.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

[http://www.al.sp.gov.br/spl\\_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#](http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#)

**Ementa** - Altera a Lei nº 12.300, de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

**Regime** - Tramitação Ordinária

**Indexação** - ALTERAÇÃO LEI ESTADUAL 12300/2006, CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO, DIRETRIZES, LEI ESTADUAL 12300/2006, POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PRINCÍPIOS

**Autor(es)** - Aldo Demarchi

---

## Tramitação:

**11/10/2011** - Publicado no Diário da Assembleia, página 20 em 11/10/2011

**13/10/2011** - Pauta de 1ª sessão.

**14/10/2011** - Pauta de 2ª sessão.

**17/10/2011** - Pauta de 3ª sessão.

**18/10/2011** - Pauta de 4ª sessão.

**19/10/2011** - Pauta de 5ª sessão.

**20/10/2011** - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. CFOP - Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

**21/10/2011** - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação.

**31/10/2011** - Distribuído ao Deputado André Soares.

**09/11/2011** - Recebido do relator, Deputado André Soares, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável

**23/11/2011** - Concedida vista ao Deputado João Antonio

**10/02/2012** - Devolvido da vista

**15/02/2012** - Aprovado como parecer o voto do Deputado André Soares, favorável

**17/02/2012** - Entrada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável